


Democracia e ética em tempos de *fake news*: o tuiteiro-presidente Jair Bolsonaro e as consequências para a socialização da informação no País

Democracy and ethics in time of fake news: president-tweeter Jair Bolsonaro and the consequences for the socialization of information in the Country

Orlando Maurício de Carvalho Berti – Universidade Estadual do Piauí | Teresina | Piauí | Brasil | E-mail: orlandoberti@yahoo.com.br 

Sonia Maria dos Santos Carvalho – Universidade Estadual do Piauí | Teresina | Piauí | Brasil | E-mail: professoradauespi@hotmail.com 

Resumo: Trata-se de estudo reflexivo de questões democráticas e éticas em período de profusão noticiosa e até de agendamento de notícias falsas. Aborda-se como o presidente Jair Bolsonaro, utiliza o *Twitter* para discutir, ou não, ética e democracia no campo de narrativas jornalísticas. Objetiva-se analisar, destacar e mapear os tweets do presidente durante seus três primeiros meses de governo e refletir o fenômeno. Através de análise de conteúdo e reflexões sobre postagens do presidente, que também orgulha-se de utilizar a rede social para reverberar suas ideias e informações de seu governo, nota-se que pouco aborda questões sobre democracia e ética de modo literal e mesmo não literal. Em paralelo, achaca a mídia e profissionais da imprensa ratificando um modo de informar sobre seu governo prioritariamente pelas redes sociais. Também discute se isso é ou não uma nova estratégia de governo e o que depreenderia da democracia e ética, elementos que formam a conjuntura para o exercício do jornalismo.

Palavras-chave: Comunicação. Democracia. Ética. Twitter. Jair Bolsonaro.

Abstract: It is a study of democratic and ethical issues in a period of profusion of news and even the scheduling of fake news. It is discussed how the current president Jair Bolsonaro, uses the Twitter to discuss, or not, ethics and democracy in a field of journalistic narratives. It aims to analyze, highlight and map the president's tweets during his first three months of government and reflect the phenomenon. Through a content analysis and reflections on the president's postings, who is also proud to use the social network to reverberate his ideas and information from his government, it is noted that he does not address issues about democracy and ethics in a literal way and even non-literal. In parallel, he accused the media and professionals of the press ratifying a way to inform about his government primarily by the social networks. Also discusses whether this is a new strategy of government and what it would assume of democracy and ethics, elements that form the conjuncture for the exercise of journalism.

Keywords: Communication. Democracy. Ethic. Twitter. Jair Bolsonaro.

• Recebido em 06 de maio de 2019 • Aprovado em 20 de junho de 2019 • e-ISSN: 2177-5788

DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2019v45n1p129-144>

Copyright © 2019. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internaonal da CreativeCommons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial (<https://br.creativecommons.org/licencas/>) – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devido créditos à publicação, ao autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

1 Introdução

Vivemos na chamada Sociedade da Informação e da Comunicação. É apregoado contemporaneamente que nunca estivemos em tamanho grau de acesso aos produtos informacionais e comunicativos. Os mais otimistas dizem que essa situação advém das forças comunicacionais, notadamente a partir da segunda década do século XXI. Entremeio a essas afirmações, as quais concordamos, também nunca estivemos com tantos problemas de excesso informacional e de entendimento das complexidades desses fenômenos.

Ao promovermos a interface da Comunicação com a democracia e a ética, tão prementes em todas as relações sociais, notadamente as contemporâneas, vemos que o excesso de informação pode nos trazer consequências não tão positivas. Um dos maiores reflexos do que tem ocorrido neste século em termos de excesso de informação e das consequências disso está no poder das redes sociais virtuais, ou redes sociotécnicas.

O que era para ser um caminho integrador tornou-se palco fértil para a profusão de notícias falsas, também conhecidas por *fake news*. Historicamente não são uma invenção contemporânea, mas sua profusão e quase endemia se dão pela facilidade de uso e de reverberação, às vezes por segundos, promovidos pelas redes sociais virtuais. Mediante o exposto buscou-se atentar para fenômenos contemporâneos em uma realidade brasileira e que pudesse pôr à prova as hipóteses de que realmente vivemos um período conturbado e o quanto as redes sociais virtuais podem ser um elemento mais complicador que informativo. Chegou-se ao objeto da pesquisa, que é a democracia e a ética abordada pelo presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), nos seus três primeiros meses de governo, utilizando a rede social Twitter (2019).

Problematiza-se a partir de como o presidente do Brasil aborda as temáticas contemporâneas e utiliza o Twitter para reverberar, ou até não, questões democráticas e éticas em uma contemporaneidade de um Brasil dicotomizado.

São objetivos do trabalho analisar, destacar e mapear os tuítes do presidente durante os 90 primeiros dias de governo e refletir o fenômeno dessa utilização no Twitter para os rumos contemporâneos do nosso País.

Parte-se de uma metodologia voltada inicialmente para uma pesquisa reflexiva e quantitativa tendo-se como base temporal os três primeiros meses do Governo Bolsonaro – de 1º de janeiro a 31 de março de 2019 – período necessário para chegar-se a quase sete centenas de mensagens, com mais de 14.000 palavras a serem analisadas.

A instrumentalização do trabalho partiu de pesquisa bibliográfica sobre democracia e ética na comunicação e suas consequências para o jornalismo com o intuito de ter-se mais material para as questões de *fake news*. Partiu-se, em segundo momento, para as questões do presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais virtuais. Em seguida utilizou-se a análise de conteúdo de todos os tuítes do presidente, destacando-se a categorização de palavras individuais e termos que remetessem à democracia e à ética. Fez-se uma análise de conteúdo, balizando-se nos estudos de Bardin (2011). Essa fase foi importante para nos trazer elementos para a análise final do trabalho, buscando-se a resolução da problemática da pesquisa e alcance dos objetivos.

O artigo é dividido em quatro partes. A primeira delas, intitulada "Democracia e ética em tempos de ataques e intolerâncias", é de caráter teórico e trata sobre as concepções básicas de democracia e ética e suas interfaces comunicacionais contemporâneas, notadamente com a profusão das chamadas *fake news*. A segunda parte, nomeada "Jair Bolsonaro, o tuiteiro", nos desvela o objeto da pesquisa. Na terceira parte, com título de "O presidente no Twitter", apresentamos o recorte do trabalho com o mapeamento das postagens, enveredando por trazer os dados qualitativos e de análise de conteúdo sobre os três primeiros meses do Governo Bolsonaro em 2019. A quarta e última parte, intitulada "Ataques à democracia quando o presidente tuiteiro passa mais tempo na Rede que governando", de caráter analítico, traz as respostas à problemática da pesquisa, bem como provocações e reflexões acerca do fenômeno estudado.

Esta pesquisa não é de caráter político-partidário e muito menos pretende fazer proselitismo algum. É um compilado de sistematizações e levantamentos, fazendo cumprir um dos papéis básicos da Academia, que é justamente refletir sobre os fenômenos contemporâneos, trazendo reflexões e discussões sobre os mesmos, além do que, incentivando novos trabalhos, até por se tratar de mapeamento, para melhorar questões teóricas, empíricas, conceituais, deontológicas e éticas. Em tempos de tantas nebulosidades é premente justificar os caminhos e escolhas tomadas e vividas.

2 Democracia e ética em tempos de ataques e intolerâncias

O conceito de democracia é uma construção histórica e social, que se modifica com a passagem do tempo a partir das significações que lhes são atribuídas. Democracia é forma de governo, é modo de relacionamento entre as pessoas de um povo, um valor universal, e por isso que, concordando com Sartori (1994), é mais que uma palavra, tratando-se de termo com função normativa e persuasiva e que deve ser pensado para além da etimologia, cujo significado caiu em anacronismo.

Democracia é tomada como valor universal, mas sem perder a sensibilidade para com alterações em suas características. E esta interface

é que se torna chave para entendimento do que ocorre em contexto brasileiro, na perspectiva primeira do conceito que conduziu à opção pela fuga aos enquadramentos que tendem a simplesmente atrelar um termo a determinado autor em dada época, cerrando possibilidades de maior fertilidade nas discussões.

A noção de democracia foi retomada na modernidade política a partir dos séculos XVII e XVIII, em contexto que ampliou o conceito clássico ateniense do século V a. C., segundo o qual a palavra grega *demoskracia* era utilizada para indicar, segundo Wood (2003), o governo do povo.

Wood (2003) ainda enfatiza que se passou a considerar a democracia não apenas como uma forma de relacionamento na qual todos governariam todos, quebrando assim os paradigmas das monarquias e oligarquias. Seguiu na construção do que é considerado na contemporaneidade os pilares de sustentação democrática: a igualdade dos cidadãos perante da lei (isonomia) e seus direitos de expressão em reuniões e debates oficiais de onde saíam decisões impactantes nos destinos de toda a sociedade (isegoria).

Acontecimentos históricos – como a Revolução Gloriosa, na Inglaterra do século XVII (1688 – 1689) e as revoluções Americana (1776) e Francesa (1789 – 1799), no século XVIII – contribuíram para o desenvolvimento de um sistema de governo baseado na vontade e interesses de uma maioria dos atores sociais, demonstrando que esta construção da concepção de soberania popular em governo não ocorreu de modo não linear ou pacífico. Como desdobramentos de conflitos bélicos mundiais e de armistícios, principalmente após a Segunda Grande Mundial (1939 – 1945), solidificou-se a ideia de que os homens nascem livres e iguais conforme está expressa na Declaração dos Direitos Humanos (1948) proposta pela ONU. Ou seja, foram conflitos, dissensos e negociações que abriram caminho para aprofundar em todo o mundo as discussões sobre cidadania, direitos civis, liberdade e igualdade políticas.

Os meios de comunicação de massa ganharam papéis históricos de reflexão e divulgação desses fatos, como destaca Gontijo (2004) e, conseqüentemente, foram baluartes de uma reflexão social mais democrática e mais ética. Essa pecha fez parte do discurso de utilidade dos próprios meios de comunicação chegando-se até a efusão das redes sociais virtuais. Na contemporaneidade, constata-se que nos últimos dez anos do século XX e primeira década deste século ocorreram a explosão comercial da Internet, a minituarização dos aparatos de comunicação ao nível da portabilidade dos computadores e telefones, as possibilidades de articulação sociais e comunicação fluidas ou líquidas, como frisa Bauman (2001), proporcionadas por tecnologias cada vez menos de massa, como as redes sociais digitais.

Vivemos o *caos acontencimental* no qual as possibilidades de conexão e transmissão permanentes acompanham o fluxo intenso de informações a

todo instante, em velocidade e volume significativos, abrindo espaço para a manipulação de dados, desconfiças em relação à veracidade das informações e, por consequência, demandas por mais checagem de fontes, com ampliadas expectativas sociais e cobranças por credibilidade jornalística. Portanto, o jornalista já vem se deparando com reconfigurações de seu papel social por conta da profusão de notícias e outros fatores conjunturais. Isto o levou a ressignificar sua função mediadora entre a notícia e o público, para que a sociedade encontre no profissional de jornalismo a figura que se relaciona com o *caos acontecimental* e assim a auxilia no entendimento de mundo, como frisam Machado e Palácios (2003).

No entanto, é um mediador colocado em vitrine, exposto a todo momento a críticas de qualquer que use uma plataforma de comunicação em rede. O cenário ainda é composto crises econômicas e de representatividade das figuras de poder em escala mundial; quedas de governos ditatoriais e ampliação da desconfiança generalizada da capacidade dos poderes públicos governamentais de superação de problemas como pobreza e guerras. Somente no século XX é que se solidificou o sufrágio universal, ao passo que sistemas partidários se consolidaram vivendo certames eleitorais acirrados em disputa por votos, corações e mentes ao lado da vitória de movimentos extremistas políticos, como traz Hobsbawn (2003).

Nessa conjuntura complexa da modernidade, o significado clássico de democracia teria se tornado, como já assinalamos, anacrônico e gasto segundo Sartori (1994). Intelectuais, portanto, questionaram o conceito, testando suas limitações e propondo a quebra no isolamento do termo. A democracia e sua clássica definição como *um governo do povo para o povo*, conseguiria ser alcançada de fato? Todos poderiam governar todos? Para o autor acima citado deveria ser abandonado diante de sua incapacidade de existência efetiva. Viveu-se no meio intelectual e fora dele o contexto em que, como coloca Dahl (1997), a democracia envolve contestação e participação”, e assim deveria ser ressignificada, articulada conforme as demandas e necessidades de governados e vista pela perspectiva de como pode efetivamente acontecer, e como pode operar, nas sociedades.

Assim encontramos o termo democracia liberal presente na teoria política contemporânea, sendo esta uma forma operacional possível e compreendida pelo seu caráter representativo, formal e limitado, destacado em autores como Sartori (1994), Bobbio (2000), Dahl (1997) e Schumpeter (1994). Para o pensamento moderno, a igualdade dos cidadãos e sua capacidade ou direito indistinto de governança, teve o reconhecimento de uma limitação imposta pelo imperativo da necessidade de delegação e de representatividade, uma vez que seria inviável todos de fato governarem.

E como democracia é contestação, em Castells (2018, p. 41) encontramos a pertinente discussão sobre as múltiplas crises vividas na contemporaneidade, pondo foco na de representação, que nos atravessa

pela “distância crescente entre a classe política e o conjunto de cidadãos”. Há uma ruptura da relação entre governantes e governados, “um colapso gradual de um modelo político de representação e governança” (CASTELLS, 2018, p. 41), vindo da constatação de que “as democracias foram construídas em torno de relações de poder social que a fundaram e vão se adaptando à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder já cristalizado nas instituições” (CASTELLS, 2018, p. 41).

Rompeu-se, assim, o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegeram, estabelecendo a crise de legitimidade política e de representação, pois políticos defenderiam seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar.

No caso brasileiro há de notar a emergência de múltiplas crises e peculiaridades políticas. Oliveira (1998, p. 01), de duas décadas atrás, já apontava para “a falta de tranquilidade e de continuidade do sistema republicano brasileiro, uma vez que do período compreendido entre 1930 e 1990, tivemos um golpe ou tentativa de golpe a cada 3 anos” e entre 1990 e 2016, dois processos políticos de impedimento do mandato presidencial aconteceram. Negreiros (2010), por sua vez, já no início do novo século, falou da ausência de cultura receptiva à formação dos partidos no Brasil, nada favorável à constituição de identidades partidárias estáveis e consistentes.

Como é imprescindível pensar as relações entre jornalismo e democracia, vê-se como na contemporaneidade brasileira estas estão sendo testadas à exaustão. O senso comum entende o caráter simbiótico existente entre jornalismo e democracia e o quanto o primeiro é afetado em contextos de suspensão ou aniquilamento dos regimes democráticos. Conta-se socialmente com o caráter de resistência e contestação por parte do jornalismo e que este levante-se em defesa das liberdades democráticas. Dito de outro modo, há uma visão comum da função social do jornalismo e sobre a prática social jornalística. Birolli e Miguel (2010, p. 01) avaliam que “a interação da imprensa com as instituições políticas democráticas pode ser considerada um dos aspectos centrais da atividade do jornalismo”. Contudo, há a descrença na imprensa como instituição, vendo-se que o jornalismo também pode ser questionado ou afrontado, a depender da situação, como faz o próprio presidente da República em sua conta no *Twitter*, como é possível ver adiante neste artigo.

Segundo dados da pesquisa ICJ (Índice de Confiança na Justiça), da Fundação Getúlio Vargas (2018), a confiabilidade dos brasileiros nas emissoras de TV caiu em 9% e da imprensa escrita em 5% em relação ao ano anterior, o que seria resultado da articulação entre: crise no modelo de negócios na imprensa tradicional, a horizontalidade da internet permitindo que qualquer pessoa possa se posicionar como produtor de conteúdo e os governos conservadores que elegem a imprensa como alvo, como o governo de Donald Trump, nos Estados Unidos. Situações de animosidade,

portanto, não são novidade. Lima (2007, p. 176) já afirmava que a mídia se “transformou em palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade e, conseqüentemente, em fonte primeira de incertezas com relação ao futuro da democracia”. A diferença, no momento, seria o tom agudo das hostilidades.

Sem a ética não há democracia e vice-versa. Ou ao menos essa interface deveria ser respeitada e refletida. Os próprios conceitos éticos contemporâneos são importantes para uma prática jornalística e o combate às *fake news*, como nos traz Karam (2004) pensando em questões de mediações informacionais, muito antes da epidemia de notícias falsas como notícias propriamente ditas. Quem nos traz uma reflexão mais necessária e contemporânea sobre ética e *fake news* são Kula (2017) e Hans Oberleithner (2019) ao destacarem o poder dessas notícias falsas e como ajudam a não democratizar a sociedade e a impor padrões não éticos à nossa contemporaneidade. São debates necessários e mais que prementes, que serão alongados e destacados no decorrer deste trabalho. Antes disso, entendamos um pouco sobre quem é Jair Bolsonaro e como sua utilização das redes sociais ajuda a caracterizar o cotidiano.

3 Jair Bolsonaro, o tuiteiro

Jair Messias Bolsonaro nasceu na cidade paulista de Glicério (a 492 quilômetros da capital), em 21 de março de 1955. É capitão reformado do Exército brasileiro, onde atuou de 1973 (sendo formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende –RJ) até 1988. Começou sua vida política naquele ano, sendo eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Entre 1991 e 2018 ocupou sete mandatos eletivos de deputado federal. Durante o tempo em que foi parlamentar federal esteve em sete partidos políticos.

Em 22 de julho de 2018 foi escolhido em convenção do Partido Social Liberal (PSL) para concorrer ao cargo de chefe do Executivo Federal. Informações disponíveis no site oficial do PSL (2018), apontam os eixos de sua plataforma de governo: o liberalismo econômico e, portanto, a mínima intervenção estatal na economia, a descentralização do poder federal, limitação de ação do poder público, conservadorismo de costumes e tradições para preservação das instituições – entre as quais a imprensa não está inclusa – e defesa de uma democracia representativa, transparente e plural na falta de um modelo melhor. Em 28 de outubro de 2018 foi eleito com 55,13% dos votos válidos para ser o 38º presidente da História do Brasil, sendo o 16º militar (terceiro por eleição direta) a ocupar o comando do executivo federal.

Segundo o discurso oficial da legenda, apesar de todas as imperfeições, a democracia representativa – regime de governo baseado na escolha de representantes políticos por meio de eleições periódicas – “é a melhor opção disponível, visto que, até agora, o homem ainda não foi capaz de inventar um sistema melhor” (PSL, 2018). Mesmo não podendo

quantificar o grau de afinidade que o presidente mantém com sua legenda partidária, uma vez que este é o décimo partido político ao qual se filia em 30 anos de vida pública, a fala oficial do PSL já dá a ver que o presidente chegou ao poder e ajudou a promover politicamente mais de cinco dezenas de novos deputados federais, acomodado em uma agremiação partidária cuja concepção reducionista de democracia está identificada com aspectos representativos e eleitorais. Foi acomodado neste partido que Bolsonaro obteve no 1º turno o voto de 49.276.990 cidadãos. No 2º turno, ganhou o apoio de 57.797.847 eleitores. Ele venceu em 16, das 27 unidades federativas, alcançando a vitória em seis dos dez estados mais populosos.

Ainda em campanha estabeleceu as redes sociais digitais como os seus canais de comunicação oficiais, num indicativo de relacionamento diferenciado com as mídias tradicionais em relação aos seus antecessores. Em 28 de outubro de 2018, de modo inédito na história do país, a imprensa tradicional ou mesmo portais de notícias foram apenas o segundo canal de pronunciamento de um recém-eleito chefe do executivo. Primeiramente as redes sociais pessoais do político é que foram usadas para o agradecimento aos eleitores, em vídeo de 7 minutos e 30 segundos. Ademais, apenas um grupo de jornalistas, selecionado por sua equipe de assessores, posteriormente foi autorizado a transmitir a fala do eleito.

Em campanha no segundo turno recusou-se a participar de debates televisivos. Porém, concedeu entrevista exclusiva à TV Record à mesma época, período em que se recuperava de atentado sofrido no dia 6 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora (MG) quando sofreu uma facada no abdômen. A decisão incomodou os demais jornalistas, como Stycer (2018), que apontaram privilégios a determinados veículos, o impedimento de acesso de profissionais – como os do Valor Econômico e da Folha de S. Paulo – às suas coletivas de imprensa, ou a tentativa de restrição à presença dos jornalistas no Congresso Nacional por ocasião da sessão solene de comemoração aos 30 anos da constituição de 1988.

Em 1º de novembro de 2018, o presidente eleito Jair Bolsonaro (2018) declarou que chegou ao “poder graças às mídias sociais”, fala que posiciona e dá a ver como este as qualifica, colocando-as como um campo de constituição do seu poder político, no qual teria mais liberdade de atuação e proximidade de seu eleitor. Estas mídias estariam em condição de relacionamento diferenciada em relação à imprensa tradicional, não atreladas às linhas editoriais ou acordos com estruturas de poder. Em termos de número de seguidores este lugar de fala, até o término temporal do prazo deste trabalho acadêmico, no início de abril de 2019, as principais redes sociais do presidente Jair Bolsonaro contabilizavam 28.278.880, seguidores (grande parte, literalmente, seguindo suas ideias) e com tendência de aumento. Cabe aqui a ressalva para o entendimento de que um seguidor seu em determinada rede também pode sê-lo nas demais. Porém, na falta de dados quantitativos sobre grupos de *WhatsApp* – percebidos ainda que empiricamente como de importância estratégica para

a comunicação de Bolsonaro – em termos gerais e absolutos com a população brasileira, é como se mais de 13% dos moradores do Brasil tivessem alguma interação em rede social com o presidente da República.

Desses números encontramos 3.910.092 seguidores no Twitter, @jairbolsonaro (seguia apenas 334 perfis e já tinha feito 6.464 postagens); 10.750.996 seguidores na sua página do Facebook, www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro (2019); 2.417.792 inscritos em seu canal no YouTube, www.youtube.com/jbolsonaro (2019), com 93.245.487 visualizações; e 11.200.000 inscritos em seu perfil do Instagram, @jairmessiasbolsonaro (2019) (seguia apenas 461 perfis, tendo feito 2.260 publicações). Quantitativamente o *Instagram* é sua rede social com maior número de seguidores, mas as que mais reverberam são justamente o *Twitter*, seguido de *Facebook* e *YouTube*. Seus recordes de seguidores são constantemente comemorados nas redes sociais.

Martino (2014) fala de aspectos das redes sociais digitais, para além da possibilidade de produção e distribuição de conteúdo a partir do acesso à internet. Em uma rede, as relações sociais não são aditivas, mas combinatórias. Isso significa que, quando alguém se liga a uma rede, não está somando mais um elemento e sim potencialmente multiplicando a possibilidade de conexões em ambiente globalizado e palco de constantes disputas políticas.

Mas como o agora presidente da república e não mais deputado ou candidato, tem se comunicado? Como ele tem usado a rede social *Twitter* nos primeiros meses de Governo? O que tem falado? Como tem falado? E quais as reflexões sobre esse fenômeno? O microblog ajuda a governar, fazendo parte ou sendo a central estratégia de um Governo que tenta redemocratizar e promover a ética a seu modo? Ou o que há é uma série de amadores que utilizam os discursos de ódio e as inconseqüências das redes sociais virtuais a seu favor? Começamos essa discussão a partir de agora, com seus respectivos números e polêmicas.

4 O presidente no *Twitter*

Durante os três primeiros meses de 2019, escopo de análise deste artigo e também o primeiro período do Governo Bolsonaro, a conta do presidente do Brasil no *microblog* foi responsável por socializar 673 mensagens, sendo 265 no mês de janeiro (39,37% do total), 196 no mês de fevereiro (29,13% do total) e 212 no mês de março (31,50% do total). Nesse mesmo período encontramos um total de 14.118 palavras, sendo 4.350 em janeiro (30,81% do total), 3.392 em fevereiro (24,02% do total) e 6.376 em março (45,17% do total).

Em uma análise mais aprofundada vemos que durante esse período, já aplicando a análise de conteúdo, sob os ensinamentos de Bardin (2011), o presidente Jair Bolsonaro não citou uma única vez a palavra ética, apesar de ter abordado várias situações que julgou serem fruto de uma imprensa

brasileira aética por acusá-lo, como também ao seu governo e a seus filhos, de envolvimento em questões polêmicas e levadas a público nas contas pessoais dos familiares nas redes sociais. Foram os casos de reportagens dos jornais Folha de S. Paulo e O Glob”, além de postagens do site Metrópolis. criticando o Governo Bolsonaro e o Caso Queiroz, que veio a ser o primeiro grande escândalo envolvendo o filho mais velho do presidente e o seu ex-assessor, Fabrício Queiroz, em suposto sistema de corrupção quando Flávio Bolsonaro era deputado estadual pelo Rio de Janeiro. O caso permanecia sem solução ou julgamento até o início de abril de 2019, embora em 28 de fevereiro de 2019, Queiroz tenha explanado em carta ao Ministério Público do Rio de Janeiro, que recolhia parte dos vencimentos de servidores do gabinete de seu chefe à título contratação de colaboradores informais do parlamentar.

Quando levamos em conta o objeto de pesquisa específico, a palavra “democracia” só aparece nos tuítes do presidente Bolsonaro 12 vezes, sendo 11 o termo “democracia” propriamente dito e uma vez o termo “democrático”, ainda que usado no mesmo sentido. Essa dúzia corresponde a uma quantidade de 1,78% de tudo o que foi tuitado pelo chefe do Executivo brasileiro. Desses números, cinco (ou 0,74% do total) foram postados em janeiro, quatro (ou 0,59%) no mês de fevereiro e três (ou 0,45%) no mês de março, gerando uma escala decrescente de tuítes mês a mês, mesmo o número de mensagens tendo aumentado em março. No ato de análise quantitativa, no entanto, é necessário considerar que se trata de um indício de produção do sentido aqui estudado. Ou seja, tanto é possível expressar preocupações com a democracia utilizando outros termos quanto utilizar a palavrada estrita com intenção apenas demagógica.

Nas mensagens de janeiro de 2019 o presidente tuiteiro fez questão de divulgar retuítes, que são ações de repercutir mensagens ou postagens de outras contas. Neste caso, retuitou conteúdos politicamente alinhados à direita, como do *Ódio do Bem News* (@odiodobemnews) e o *Falha de S. Paulo* (@folha_sp), com nítidas críticas à mídia tradicional. No mesmo bojo de mensagens nota-se que há uma série de elementos de repercussão de postagens de líderes mundiais sobre os primeiros dias de Governo, bem como atos das Forças Armadas (notadamente o exército – @exercitooficial), categoria profissional de origem do presidente. Este foi o mês da pesquisa em voga que mais teve retuítes, alguns, inclusive, de dois dos três filhos do presidente: o vereador da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (PSC), @CarlosBolsonaro, e o deputado federal pelo Estado de São Paulo Eduardo Bolsonaro (PSL), @BolsonaroSP.

Já nas mensagens de fevereiro nota-se muito das tendências de conteúdo encontradas em janeiro, bem como um aumento de mensagens sobre questões de cidadania. Houve forte destaque, trazendo também as polêmicas a respeito da demissão do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno, no que se tornou, até então,

a primeira e maior crise política do Governo Bolsonaro. Nota-se que nesse período também houve uma clara utilização da rede social pelo filho do presidente, Carlos Bolsonaro (@CarlosBolsonaro), que já assumiu publicamente que posta muitas mensagens na conta do pai. Ainda neste mês repetiu as polêmicas, o tom ufanista e as realizações de seu governo, repercutindo muito materiais de ministros e de ministérios. Por conta da internação em São Paulo para fazer cirurgia de retirada de bolsa de colostomia (ainda resultado do atentado que sofrera durante a campanha eleitoral), este foi o mês com menos presença de mensagens do microblog do presidente.

Nas mensagens de março de 2019, o presidente tuiteiro manteve boa parte dos discursos trazidos no mês anterior, bem como apagou postagens polêmicas. A principal delas referiu-se à inserção de vídeo com conteúdo de nudez e pornografia praticada por dois foliões em praça pública durante desfile de bloco carnavalesco em São Paulo. No texto, questionava a sociedade brasileira quanto ao real sentido da realização da tradição mais característica da cultura nacional. A repercussão foi gigantesca e com engajamentos negativos ao ponto da sua exclusão da conta. As contas mais retuitadas foram dos ministros da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes (@Astro_Pontes) e, principalmente, da ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, Damares Alves (@DamaresAlves). Houve aumento também nos retuítes dos dois filhos também políticos, aumento dos ataques à imprensa e muita evocação e autopromoção às realizações das viagens que fez aos Estados Unidos, Chile e Israel.

Mas o que essas mensagens representaram à democracia e à ética? Vejamos.

5 Ataques à democracia

Tuitar quase 700 mensagens em um período de três meses, passar por uma cirurgia, fazer três viagens internacionais e ter a obrigação de governar mais de 200.000.000 de pessoas fez parte da agenda do presidente. Essa foi a sua rotina, longe de ser monótona e simples, entre uma série de outras missões que enunciou como suas e enquadradas no seu ideal democrático de mudança da situação social em que o país se encontra. Em tempos de ataques à democracia, em que a própria mídia é atacada por *fake news*, é necessária a abordagem sobre que democracia é essa e se o que se faz em nome dela realmente é ético.

Birolli e Miguel (2010) destacam o quanto a mídia se tornou um instrumento, tudo indica que o principal, de contato entre as elites políticas e os cidadãos que não fazem parte da mesma. Quando se pensa na já colocada crise de representatividade partidária falada por Castells (2018), forma-se um cenário no qual a mídia, em graus diferenciados, assumiu papel de substituir o lugar de ação antes protagonizado pelos partidos políticos. No caso do presidente Bolsonaro, seu discurso revela que seu interesse era quebrar intermediações ou representações. Só ele, em si, teria

o poder de representar-se na rede escolhida: o *microblog Twitter*. Usou as redes sociais construindo uma ideia de democracia e governo com relação direta entre governante e governado, na qual as demais instâncias de representação – incluindo a imprensa tradicional, por exemplo – ficam em planos menores.

As reflexões sobre o fenômeno da comunicação em rede construídas nos últimos 25 anos ajudam a entender faces do objeto em questão. Palácios e Porto (2012, p. 01), quando da popularização crescente da rede *Twitter*, a perceberam como um marcador “da liberação do polo da emissão que tão bem caracteriza a cultura pós-massiva”, e por isso tão presente em segmentos sociais em busca de notoriedade.

Já a perspectiva de Sibilía (2003) e Lemos e Lèvy (2010), quando observam os tuítes como um trabalho em aspectos da “construção de si” e narração do “eu” do autor, ajudam a entender melhor esta construção feita pelo objeto desta pesquisa no uso que faz da rede. Iria de encontro ao o que Sibilía (2003, p. 01) chama de “imperativo da visibilidade”, colocado em nossa sociedade atual ou a “necessidade de exposição pessoal decorrente da intersecção entre público e privado”. Como defende Recuero (2009), para existir é preciso ser visto e integrar-se à sociedade em rede, o que importa para a constituição do eu.

Das 673 mensagens analisadas, das 14.118 palavras encontradas e dos 12 tuítes sobre democracia, não há nenhuma menção direta à ética e nota-se que as postagens foram mais ufanistas e autopromocionais, incluindo vídeos de personalidades da música, caso do cantor Sérgio Reis, exibidas como apoiadores para a ampliação do apelo popular de sua figura. Destaca-se que o material encontrado nos mostra um estilo pouco provável e usual feito pelos antecessores do Governo do quinto maior país do Mundo em extensão territorial.

Ao menos metade dessas mensagens sobre democracia tratam da questão da Venezuela, um assunto de política externa, enquanto o Brasil continua se convulsionando na dicotomia política entre bolsonaristas e não bolsonaristas típica do certame eleitoral. Exemplifica-se as mensagens de 24 de janeiro de 2019, às 10h38, em que Jair Bolsonaro tuitou “Estamos agradecidos por su reconocimiento y apoio a la voluntad del pueblo venezolano en la recuperación de la democracia”. Igual menção à Venezuela e sua democracia vem em mensagem de 5 de março de 2019, às 17h20, em que o presidente tuitou: “O @exercitooficial conforta venezuelanos que fugiram do socialismo de Maduro. Contra isso sempre lutamos no Brasil. Juntos faremos nossa Pátria um porto seguro para a democracia e a liberdade”.

Apoiadores e não apoiadores do presidente continuam protagonizando uma clara divisão que foi fortalecida desde a disputadíssima campanha eleitoral presidencial de 2014 (quando disputaram a presidência Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), sendo esta a vitoriosa),

alavancada pela questão da legalidade ou não da candidatura à presidência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com pessoas se portando ora como fanáticos, irresponsáveis e/ou maníacos, considerando as redes sociais virtuais como territórios sem lei e de espaço, geralmente até proposital, de disseminação das piores barbáries anti-democráticas e aéticas.

A guerra contemporânea não é bélica, mas virtual. Seus soldados não usam mais rifles ou fuzis, mas sim têm como armamentos computadores, laptops e o mais letal e móvel de todos, os *smartphones*. A internet, uma rede que surgiu como função militar, mas que há anos conectou o mundo, para o bem e para o mal, é o grande palco dessa guerra.

Jair Bolsonaro e suas tuitadas, muitas vezes feitas pelos filhos, inverte a produção e o agendamento noticioso. É rotina para a produção noticiosa contemporânea brasileira, que cobre o jornalisticamente o Poder Central, que as tuitadas do presidente garantem boas e polêmicas pautas. Antes esse papel cabia às questões básicas da apuração e da busca *in loco* da informação. Quais as consequências que esse estado de fatos e atos pode trazer? Muitas já estão sendo sentidas, com algumas crises e com a teimosia, ou estratégia, do presidente continuar governando também via *Twitter*. Aliás, esse tipo de governo é uma das acusações mais jocosas feitas por seus opositores.

Ao falar indiretamente de ética em seu microblog, o presidente destaca que é vítima de aeticidades, justamente partindo de setores da imprensa hegemônica. O capitão, galgado em uma vida militar, que é balizada pela disciplina e evoluiu politicamente nos fins da Ditadura Civil-Militar no Brasil, é quem mais crítica a mídia tradicional e, durante seus sete mandatos como deputado federal, ganhou uma série de holofotes e conseguiu ser agendado midiaticamente por polêmicas como práticas misóginas para com colegas e defesa da flexibilização do armamento civil no país.

Mesmo atacando a imprensa, o presidente, no dia 7 de janeiro, às 20h05, ao postar um vídeo de uma de suas falas tuitou: "A imprensa livre e isenta é fundamental para a democracia". Mensagem direta, clara, mas não simples. Assim como acontece quando cita textualmente o termo democracia, trata-se de uma abordagem pulverizada, não conectada com suas práticas que diariamente são autopromovidas. É essa democracia e essa imprensa livre que todos esperamos, inclusive para elogiar e criticar os governos, sendo aberta, plural, liberta, ética e democrática.

6 Considerações finais

Considera-se a partir de que o presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e, provavelmente, alguns assessores, souberam usar o *Twitter* como uma ferramenta diferencial de comunicação e que ajudou a pautar narrativas que até pouco tempo seriam imprevisíveis de agendamento na mídia

hegemônica. Entremeio à acusação, e em alguns casos com fatos já provados, de propagação de *fake news*, as redes sociais mostram-se um caminho novo, crucial e estratégico para o gestor do poder público federal. Claro que os antecessores do presidente Bolsonaro já utilizavam o *microblog*, com assessorias profissionais e pensando milimetricamente cada postagem, mas foi a ascensão bolsonariana que transformou essa ferramenta em ponto de polêmicas e estratégias governamentais contemporâneas.

Se o que é trazido de diferente é revolucionário ou não, bem como o que trata em tantas postagens pode ser considerado emblemático, só o futuro irá dizer. No recorte abordado nota-se que há pouca preocupação direta com questões democráticas e, principalmente, éticas, tornando-se desafiadora a implementação dessas e de outras temáticas também silenciadas ou muito pouco abordadas. Ou qual seria a democracia e a ética realmente pensada pelos tuítes do presidente Bolsonaro? Nota-se que são diferenciais dos conceitos clássicos e que seu modernismo pode ser bufo ou ousado, dependendo da maneira emblemática que abre espaços e, principalmente inspira gerações de cidadãos e políticos pelo país. Se a estratégia do ataque tem se mostrado, ao menos em um primeiro momento, efetiva, ela também mostra sinais de desgaste. É notório que no sentido quantitativo as redes sociais de Jair Bolsonaro continuam crescendo em termos de adeptos, mas em uma velocidade muito menor do que no período da campanha eleitoral e, principalmente, depois das primeiras polêmicas de seu Governo.

O que esperar dos próximos 45 meses de Governo Bolsonaro? Nota-se que, polêmica após polêmica e de questões após questões o presidente Bolsonaro, ao menos em seu *Twitter*, continua transgressor e muito eloquente, notadamente em suas atitudes de polêmicas. Será que o capitão e presidente está sendo mais militar que político ou mais esperto que a maioria dos analistas que o trazem como um despreparado e verborrágico? São esses os tons e as consequências contemporâneas para a socialização da informação no País. O melhor de todo o apanhado construído é a oportunidade de pensar sobre e de exercer/construir a democracia, a ética e o jornalismo que se considerar cabível. Afinal, protagonizar ou não ações de contestação ou anuência, como cidadão comum ou jornalistas, ainda é possível.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Comunicação e política: um campo em estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. p. 7-24.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOLSONARO, Jair Messias. **Entrevista concedida a Hanrrikson de Andrade e Gustavo Maia**. Portal UOL, Rio de Janeiro, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/01/bolsonaro-relacao-com-imprensa-midias-sociais.htm>. Acesso em: 1 dez. 2018.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e Oposição**. São Paulo: Editora da USP, 1997.
- FACEBOOK. **Fan page de Jair Messias Bolsonaro**. Disponível em: <http://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Índice de confiança da justiça brasileira**. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>. Acesso em: 4 abr. 2019.
- GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação**. São Paulo: Ediouro, 2004.
- HOBBSAWN, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- INSTAGRAM. **Instagram de Jair Messias Bolsonaro**. Disponível em: www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro. Acesso em: 5 abr. 2019.
- KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.
- KULA, Karoline. **Carlsen Klartext: fake news**. Hamburgo: Carlsen, 2017.
- LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Edições GJOL – Calandra, 2003.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- NEGREIROS, Davys Sleman de. **Mídia e política: a metamorfose do poder**. 2010. Natal: Mneme Revista de Humanidades. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/165>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OBERLEITHNER, Hans. **Fake news**. An awesome story about the curse of discovery. Toronto: Kobo, 2019.

OLIVEIRA, Francisco. **Periferia, subdesenvolvimento e radicalização anti-democrática**. Palestra proferida no Projeto Fórum de Debates, em 2 de setembro de 1998. Teatro Florestan Fernandes, UFSCar, São Carlos – SP.

PALÁCIOS, Marcos Silva; PORTO, Cristiane de Magalhães. O lugar e o peso da autopublicação na internet e na cultura científica no Brasil. **Revista da Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 53-74, 2012.

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL. **Jair Bolsonaro**: a verdade. Disponível em <https://www.pslnacional.org.br/pagina/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SIBILIA, Paula. Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica do sujeito. *In: Congresso da Associação nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 12., 2002, Niterói. **Anais...** Niterói, 2003.

STYCER, Maurício. **Bolsonaro volta a privilegiar a Record e dá exclusiva sobre convite a Moro**. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer/2018/11/01/bolsonaro-volta-a-privilegiar-a-record-e-da-exclusiva-sobre-convite-a-moro/>. Acesso em: 29 dez. 2018.

TWITTER. **Twitter de Jair Messias Bolsonaro**. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acessos múltiplos entre: 2 fev. 2019 e 5 abr. 2019.

YOUTUBE. **Canal de Jair Messias Bolsonaro no YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/jbolsonaro>. Acesso em: 5 abr. 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.